

Fichamento para a disciplina de de Governança Pública, Democracia e Políticas no Território

Caio César Carvalho Ortega

04/05/2020

Prólogo

O propósito do presente trabalho é realizar o fichamento de um capítulo do livro “Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas”, intitulado “Um balanço da participação democrática no Brasil (1990–2014)”, de autoria de [Avritzer \(2018\)](#) para a disciplina de Governança Pública, Democracia e Políticas no Território (ESHT008).

Devido à indisponibilidade do Tidia¹ quando do momento da elaboração deste fichamento, a versão do artigo utilizada foi a do livro na íntegra, em formato digital, que não possui número de páginas fixo.

1 Fichamento

O capítulo escrito por [Avritzer \(2018\)](#) não impõe uma leitura desafiadora e traça um panorama da política participativa no contexto brasileiro entre as décadas de 1990 e 2014, com amplo destaque para o período petista, tanto devido a experiências significativas, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre nos anos 1990, como também pela representatividade numérica quando da realização de conselhos, por exemplo. [Avritzer \(2018\)](#) recupera ainda alguns antecedentes históricos nevrálgicos, como a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e os dispositivos que amparam a participação na Constituição Federal de 1988:

A constituição de 1988 estabeleceu uma nova relação entre representação e participação. Nos seus artigos sobre soberania (artigo 1.º) e participação direta (artigo 14.º) e nos capítulos sobre as políticas sociais participativas, ela constituiu o ponto de partida na direção da participação social no Brasil. O orçamento participativo foi a política que consolidou este passo inicial dado na direção da participação.

O autor evidencia, como veremos posteriormente neste fichamento, a existência de conflitos entre os governos petistas e as políticas participativas, num processo de desidratação que termina (e, diante da leitura do autor, de certa maneira, culmina, arrisco dizer) nas manifestações de junho de 2013.

Existem uma série de fatores que são destrinchados pelo autor, não de maneira extremamente compreensiva, mas com objetividade e profundidade suficientes para a proposta do texto, ao que destaco:

¹ Endereço: <<https://tidia4.ufabc.edu.br/portal>>

- Redução do peso dos orçamentos participativos em gestões petistas ao longo dos anos;
- Enfraquecimento dos orçamentos participativos enquanto diretriz partidária para gestões de partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido Socialista Brasileiro);
- Heterogeneidade na adoção do Orçamento Participativo em diferentes gestões locais do PT;
- Construção de conselhos participativos que não abrangiam temas de infraestrutura e meio-ambiente, provocando um choque posterior com a participação em conselhos que eram, de alguma maneira, transversais aos temas;
- Influência insatisfatória dos conselhos no desenho de políticas por parte do governo.

Especialmente sobre questões ambientais e infraestruturais, ficam nítidos conflitos pela terra e socioeconômicos, que envolvem oligarquias tradicionais, politicamente representadas por forças reacionárias do Legislativo — o autor não é tão explícito e agressivo quanto fui, mas eis a minha compreensão, principalmente quando o autor argumenta que “quando setores agrários passam a fazer parte da base do governo, ocorre uma cisão na política em relação à política indígena” (AVRITZER, 2018). Adicionalmente, as disputas na esfera judicial envolvendo o Ministério da Justiça e o governo estadual de Roraima, no contexto da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, citadas por Avritzer (2018), ilustram outro conflito delicado pela terra e o antagonismo entre os governos Lula e Dilma, quando a agenda de infraestrutura se impõe acima dos interesses de povos cujos modos de vida não necessariamente estão e precisam estar em linha com o capitalismo brasileiro — mais uma vez, o autor não envereda por uma análise que exponha os atores como fiz aqui a partir da compreensão que tive.

Para Avritzer (2018), no entanto, foi apenas com Belo Monte, em meados da segunda década do novo milênio (setembro de 2009), com a realização da primeira audiência no município de Brasil Novo, bem como outras três audiências que se sucederam a partir daí, que ocorreu o primeiro conflito “o em torno de políticas participativas no Brasil, envolvendo, de um lado, os movimentos sociais e, de outro, o governo do Partido dos Trabalhadores”.

A análise das manifestações de 2013 foi feita com brevidade, mas ainda assim, foi capaz de identificar dois campos temáticos e político-ideológicos, separados no tempo e nas redes sociais, que ditaram a agenda naquele momento. Avritzer (2018) identificou que a tarifa do transporte público foi o principal alavancador inicial dos protestos, o que por sua vez, também representa outro elemento para compreender o descolamento entre a sociedade, alijada em termos de participação, e as políticas públicas de então.

O “veredito final” do capítulo escrito por Avritzer (2018), cuja conclusão reproduzo abaixo, infelizmente, está um pouco datado em vista do avanço do conservadorismo e da extrema-direita no país:

O ano de 2015 deslocou ainda mais as políticas participativas do centro da política no Brasil. Tal fato se deu porque, de um lado, ocorreu um esgotamento do deslocamento da política brasileira para o centro com o aval do Partido dos Trabalhadores. De outro, porque, devido ao enfraquecimento das políticas participativas, não foi possível formar uma reação à reconstituição das forças conservadoras e à sua nova

hegemonia no Congresso Nacional. Neste momento, a reorganização de uma política participativa no Brasil dependerá fortemente de uma reorganização da hegemonia de esquerda no país, processo no qual as políticas participativas terão de ocupar um lugar de maior centralidade, tal como elas o fizeram o começo da década de 1990. Somente assim a promessa vigente no texto constitucional de uma democracia que articule a participação e a representação poderá se realizar.

Ainda assim, é possível extrair a importância de uma reorganização a ser executada dentro do espectro da esquerda brasileira, que busque recuperar destacadamente as políticas participativas. Acredito que a premissa continue válida até os dias atuais.

Referências

AVRITZER, L. Um balanço da participação democrática no Brasil. In: SANTOS, B. de S.; MENDES, J. M. (Org.). *Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. cap. 13. ISBN 978-85-513-0333-7. Livro digital em formato EPUB. Citado 2 vezes nas páginas 1 e 2.